



**AFRICA CENTER
FOR STRATEGIC STUDIES**

WORKSHOP SOBRE CÓDIGO DE CONDUTA DE YAOUNDÉ AS ZONAS MARÍTIMAS A & D

LEITURAS PRÉVIAS

10 a 13 de Dezembro de 2024

SOBRE O CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Desde a sua criação, em 1999, o CEEA tem servido como um fórum de investigação, programas académicos e intercâmbio de ideias com o objetivo de aumentar a segurança dos cidadãos através do reforço da eficácia e responsabilização das instituições africanas, no apoio à política dos EUA para África.

VISÃO

Segurança para todos os africanos defendida por instituições eficazes e responsabilizadas perante os seus cidadãos.

A força motriz do CEEA é realizar a visão de uma África livre de violência armada e organizada, assegurada por instituições africanas comprometidas com a proteção dos cidadãos africanos. Este objetivo sublinha o compromisso do CEEA em contribuir para impactos tangíveis ao trabalhar com os nossos parceiros africanos – militares, civis, governamentais e da sociedade civil, bem como nacionais e regionais. Todos desempenham papéis importantes na atenuação dos complexos fatores causadores dos atuais conflitos no continente. A responsabilização perante os cidadãos é um elemento importante da nossa visão, uma vez que salienta o facto de que, para serem eficazes, é preciso que as instituições de segurança, para além de serem “fortes”, protejam e estejam atentas aos direitos dos cidadãos.

MISSÃO

Promover a segurança africana através da expansão da compreensão, disponibilização de uma plataforma fiável para o diálogo, construção de parcerias duradouras e catalisação de soluções estratégicas.

A missão do Centro de Estudos Estratégicos de África gira em torno da geração e disseminação do conhecimento através dos nossos programas académicos, investigação, comunicações estratégicas e associações de antigos alunos. Com base nas experiências práticas e nas lições aprendidas com os esforços de segurança no continente, procuramos gerar percepções e análises relevantes que possam informar profissionais e legisladores dos mais prementes desafios de segurança que enfrentam. Reconhecendo que a abordagem a desafios sérios só pode ocorrer através de intercâmbios francos e ponderados, o CEEA disponibiliza plataformas presenciais e virtuais, onde os parceiros podem partilhar opiniões sobre prioridades e boas práticas. Estes intercâmbios fomentam relacionamentos que, por sua vez, são mantidos ao longo do tempo pelo CEEA através de associações de antigos alunos, comunidades de interesse, programas de acompanhamento e de diálogo continuado entre participantes e funcionários. Este diálogo – imbuído de experiências do mundo real e análises recentes – oferece uma oportunidade de aprendizagem contínua e catalisa ações concretas.

MANDATO

O Centro de Estudos Estratégicos de África é uma instituição do Departamento de Defesa dos EUA, criada e financiada pelo Congresso Americano, que possibilita o estudo de questões de segurança relacionadas com África e servir como fórum para pesquisas bilaterais e multilaterais, comunicação, intercâmbio de ideias e formação envolvendo participantes militares e civis. (10 U.S.C 342)

VISÃO GERAL

O Golfo da Guiné continua a enfrentar desafios prementes incluindo questões de sensibilização do domínio marítimo, pirataria, assalto à mão armada no mar, rapto de marinheiros, pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU), e crime organizado transnacional - especialmente contrabando, bem como tráfico de droga e de seres humanos - num ambiente global em rápida mudança, cada vez mais definido pela concorrência estratégica. Nos últimos anos, os Estados da África Ocidental fizeram progressos significativos no desenvolvimento de quadros de colaboração como o Código de Conduta de Yaoundé (YCoC). Embora o YCoC ainda não esteja totalmente operacional, sua estrutura a níveis nacional, de zona e regional representa um progresso significativo no desenvolvimento de iniciativas colaborativas.

A segurança marítima é essencial para o desenvolvimento económico dos estados do Golfo da Guiné, uma vez que garante rotas comerciais marítimas seguras. Uma avaliação eficaz da arquitetura atual da segurança marítima ajuda a garantir que ela continue a melhorar à medida que atinge a operacionalização total. De forma mais ampla, a avaliação regular ao nível da zona, ajuda a melhorar a MDA ao identificar lacunas e pontos fortes na vigilância, monitorização e partilha de informações. Isto leva a uma melhor deteção e resposta às ameaças marítimas. Além disso, avaliar a situação de segurança, a nível da zona, permite que os estados desenvolvam estratégias nacionais de segurança marítima que abordem desafios regionais específicos.

Objetivos do Workshop

1. Avaliar e catalisar os próximos passos para a plena operacionalização das zonas marítimas A e D.
2. Promover um entendimento comum sobre as formas de reforçar as estruturas de coordenação marítima.
3. Reforçar o quadro de segurança marítima no Golfo da Guiné e avaliar o estado da arquitetura de Yaoundé.
4. Intercâmbio das melhores práticas em matéria de desenvolvimento e aplicação de estratégias marítimas nacionais.

Estrutura do Seminário

Este workshop de quatro dias inclui sessões plenárias que recorrem a conhecimentos estratégicos, políticos, académicos e operacionais, e sessões de debate em que os

participantes são incentivados a aprofundar mais os tópicos. As apresentações em sessão plenária serão seguidas de sessões moderadas de perguntas e respostas durante as quais os participantes serão encorajados a partilhar experiências, questionar pressupostos e pensar em abordagens criativas. As discussões em pequenos grupos centrar-se-ão na resolução de problemas. Os participantes serão encorajados a partilhar perspectivas e a aprender uns com os outros. Uma equipa de moderadores experientes irá trabalhar com os participantes para este fim.

Os programas do CEEA são conduzidos de acordo com uma política rigorosa de omissão de fonte. Isto permite aos participantes contribuir e trocar pontos de vista sem reservas, criando assim um ambiente de aprendizagem eficaz e produtivo. Haverá interpretação simultânea para permitir a realização do seminário em inglês, francês e português. Todos os materiais do seminário serão fornecidos nestas línguas.

DIA 1

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Visão geral da arquitetura das zonas A e D do YCoC e resultados da Sondagem

Formato: Apresentação em plenário e sessão de perguntas e respostas moderada

Objetivos:

- Avaliar os progressos registados na operacionalização das zonas marítimas A e D.
- Providenciar uma avaliação dos progressos efetuados no desenvolvimento de estratégias nacionais de proteção do transporte marítimo nos países da Zona A e D.
- Identificar os obstáculos e as oportunidades para reforçar a coordenação marítima a nível nacional, zonal/regional e internacional.
- Apresentar os resultados da sondagem pré-workshop.

Contexto:

A Arquitetura de Yaoundé¹ (YA) providencia um quadro abrangente para ações coordenadas a diferentes níveis no espaço marítimo do Golfo da Guiné, uma região assolada pela pirataria, pesca ilegal, contrabando e outras formas de crime marítimo. **Estes crimes não só impactam o transporte marítimo internacional, como também representam uma ameaça significativa para** as economias dos Estados costeiros². O YA sublinha cinco³ níveis de coordenação: o nível político; o nível estratégico; o nível regional; o nível zonal; e o nível nacional (ver figura 1 abaixo). Ao promover a colaboração a estes níveis, o YA tem por objetivo reforçar a segurança marítima e promover o desenvolvimento sustentável nesta região.

O nível político da estrutura é ocupado pelas Comunidades Económicas Regionais (CER), que incluem a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e o Centro de Coordenação Inter-regional (CCI)⁴, com sede em

¹ AYA inspirou-se em três instrumentos: (1) a Declaração dos Chefes de Estado; (2) o Código de Conduta de Yaoundé (YCoC); (3) o Memorando de Entendimento entre a CEDEAO, a CEEAC e o GGC.

² Danso, K. & Allotey-Pappoe, S. (2021). Mapeamento dos Atores Marítimos ao abrigo do protocolo de Yaoundé: Estabelecimento de Mandatos, Inter-relações, Limites e Perspectivas. *Centro Internacional Kofi Annan de Formação em Manutenção da Paz*

³ Os níveis político, estratégico, regional, zonal e nacional. Os níveis político e estratégico têm competências diferentes no quadro da YA.

⁴ Centro de Coordenação Inter-regional. (2022). *Arquitetura de Yaoundé*.

Yaoundé, desempenham um papel crucial na representação do nível estratégico no âmbito do YA⁵.

Entretanto, o nível regional inclui os dois Centros Marítimos Regionais no Golfo da Guiné: o Centro Regional para a Segurança Marítima na África Central (CRESMAC), com sede em Pointe-Noire (República do Congo); e o Centro Regional para a Segurança Marítima da África Ocidental (CRESMAO), com sede em Abidjan (Costa do Marfim). As duas CER (ECCAS e CEDEAO) estão mandatadas para fornecer supervisão política à CRESMAC e à CRESMAO. Entretanto, o ICC, enquanto centro de monitorização e de partilha de informações, assegura uma coordenação e uma comunicação contínuas, ligando as atividades da CRESMAC e da CRESMAO, garantindo assim a segurança da região.⁶

Abaixo do nível regional, existem estruturas de nível zonal compostas por Centros Multinacionais de Coordenação Marítima (MMCC). Os dois Centros Regionais de Coordenação da Segurança Marítima (CRESMAC e CRESMAO) coordenam os MMCC⁷. No caso do CRESMAC, o espaço marítimo está dividido em duas zonas, a Zona A e a Zona D, cada uma com o seu próprio MMCC.

No nível inferior da YA estão os Centros de Operações Marítimas (MOC), que se destinam a funcionar a nível nacional, com cada país membro a operar o seu próprio MOC. O papel do MOC é mobilizar os intervenientes marítimos nacionais ligados ao Estado para atuarem no mar.⁸ Estes incluem a marinha, a manutenção da ordem (guarda costeira, autoridade marítima, inspetores das pescas, polícia, antinarcóticos), a imigração, as alfândegas, a autoridade portuária e os intervenientes privados (organizações ambientais, comissões de pesca, entre outros).

Os MOC são uma componente crítica da YA, destinados a servir de espinha dorsal operacional para monitorizar e coordenar os esforços de proteção marítima.⁹ As suas principais funções incluem o reforço do conhecimento do domínio marítimo (MDA), a coordenação das operações de segurança marítima, a partilha de informações, a recolha de informações, o reforço das capacidades e a formação. Os Estados, para desempenharem eficazmente estas funções, precisam de desenvolver e implementar estratégias nacionais de proteção do transporte marítimo (NMSS) que se alinhem com estes objetivos estratégicos. O Código de Conduta de Yaoundé (YCoC) enfatiza ainda mais esta abordagem estratégica, afirmando que "Os signatários pretendem estabelecer,

⁵ Sartre, P. (2014). Responder à insegurança no Golfo da Guiné. *Instituto Internacional da Paz*.

⁶ *Ibid.*

⁷ Representa o nível zonal da YA.

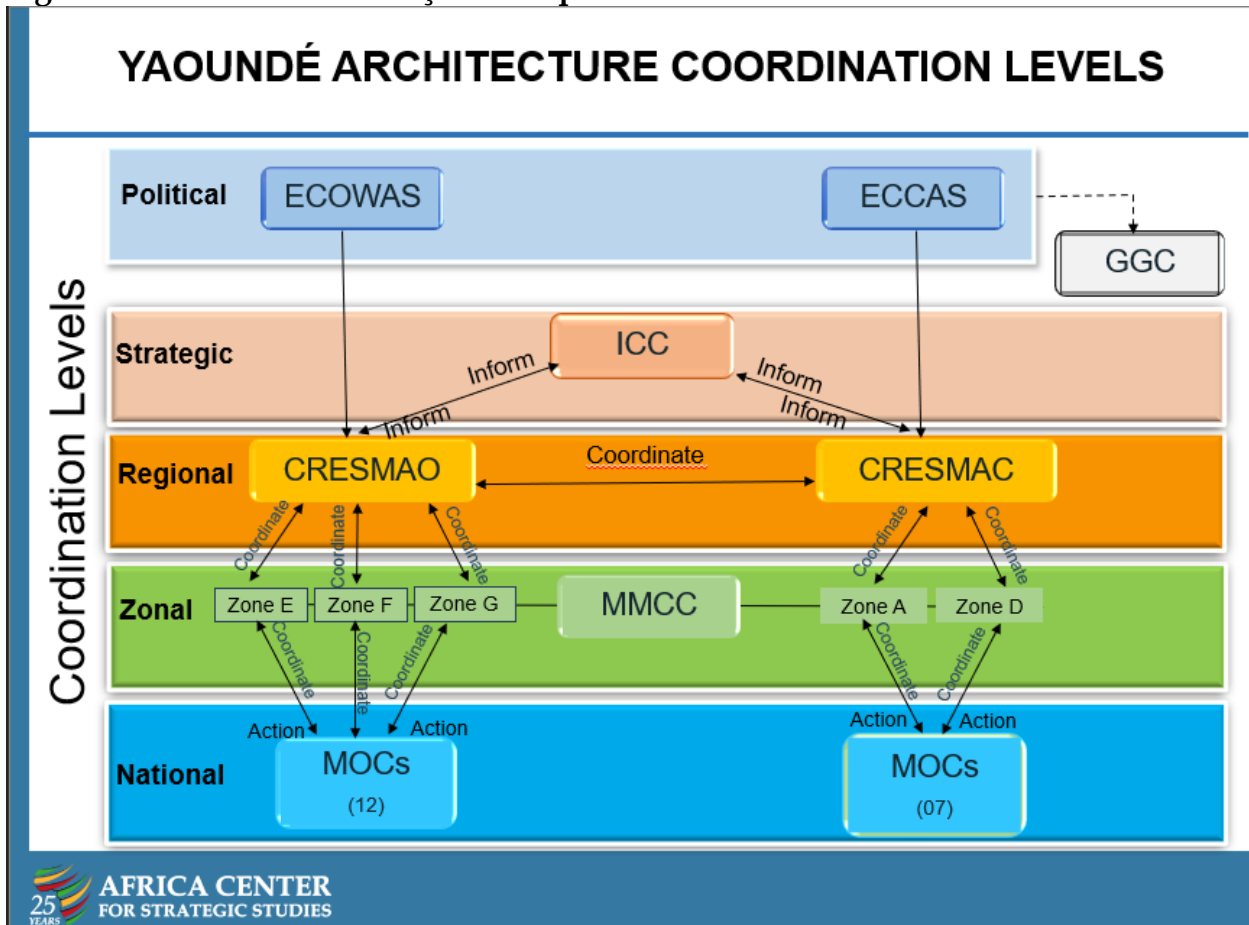
⁸ *Ibid.*

⁹ Yücel, H. (2021). Sovereignty and Transnational Cooperation in the Gulf of Guinea: How a Network Approach Can Strengthen the Yaoundé Architecture. *Scandinavian Journal of Military Studies*, 4(1), pp. 146-157.

conforme necessário, um plano nacional de proteção marítima com planos de contingência relacionados (ou outros sistemas) ... para harmonizar e coordenar a implementação de medidas de segurança..."¹⁰ Este facto sublinha a importância estratégica da Estratégia Nacional de Segurança Marítima (ENSM) no processo.

Como tal, avaliar o progresso que os países da Zona A e da Zona D fizeram para operacionalizar o YA nos cinco níveis é essencial para melhorar o conhecimento do domínio marítimo (MDA), identificando lacunas e pontos fortes na vigilância, monitorização e partilha de informações. Isto é particularmente significativo a nível nacional, dado o papel central que os NMSS e os MOC desempenham no reforço das capacidades, na coordenação das operações de proteção do transporte marítimo, na recolha de informações e na partilha de informações não só a nível nacional, mas também a nível zonal, regional e inter-regional.

Figura 1: Níveis de coordenação da arquitetura de Yaoundé



Leituras complementares:

¹⁰ N. 3 do Art.º 4. (YCoC).

- União Africana (UA). *Estratégia Marítima Integrada de África para 2050 (Estratégia AIM 2050)*. Addis Abeba: União Africana, 2014.
- Danso, K. & Allotey-Pappoe, S. (2021). *Mapeamento dos Atores Marítimos ao abrigo do protocolo de Yaoundé: Estabelecimento de Mandatos, Inter-relações, Limites e Perspectivas*. *Centro Internacional Kofi Annan de Formação em Manutenção da Paz*.
- Omeje, K., & Redeker Hepner, T. (2013). *Conflict and peacebuilding in the African Great Lakes Region*. Indiana University Press.
- Ukeje, C., & Fawole A. W. (2005). *The Crisis of the State and Regionalism in West Africa: Identity, Conflict and State Security*. Routledge, 2013.
- Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e a Criminalidade (UNODC). *Relatório Anual do Programa de Combate à Criminalidade Marítima*. Viena: UNODC, 2023.

DIA 2

Quarta-feira, 11 de dezembro de 2024

Reforço das estruturas nacionais: MOC nos Estados das Zonas A e D

Formato: Apresentação em plenário
Grupos de Discussão

Objetivos:

- Avaliar o progresso no desenvolvimento e operacionalização dos MOC nacionais nas Zonas A e D.
- Discutir os desafios envolvidos no desenvolvimento e implementação de MOC nacionais.
- Descrever os procedimentos envolvidos na coordenação da vigilância, da monitorização e da partilha de informações entre os intervenientes multissetoriais a nível nacional.
- Descrever e avaliar a eficácia dos procedimentos de coordenação da vigilância, monitorização e partilha de informações com o MMCC para a Zona A, Zona D e CRESMAC.

Contexto:

Os redatores do Código de Conduta de Yaoundé (YCoC) reconheceram a importância da partilha de informações em tempo real sobre ameaças ou incidentes iminentes e a necessidade de divulgar prontamente alertas com todas as informações relevantes a outras partes interessadas a nível nacional, zonal e regional. Por esta razão, o documento sublinha a importância de designar "...um ponto focal nacional para mediar o fluxo de informação coordenado, eficaz e atempado entre os Signatários".¹¹ Estes pontos focais servem para ligar o nível nacional ao resto da Arquitetura de Yaoundé (YA) e destinam-se a existir nos centros de operações marítimas (MOC), garantindo a eficácia do sistema e inculcando confiança nas partes interessadas.¹²

De acordo com a Arquitetura de Yaoundé, cada Estado costeiro é responsável pelo controlo e segurança do seu domínio marítimo através de um MOC. Este esforço de colaboração funciona como a primeira linha de defesa, fornecendo respostas localizadas. Os MOC nacionais reforçam ainda mais esta colaboração, contribuindo para o quadro regional mais alargado. Fazem-no coordenando a recolha de informações, a partilha de informações e as operações de segurança marítima com os Estados vizinhos. Esta

¹¹ N. 1 do Art.º 11. (YCoC).

¹² Yücel, H. (2021). Sovereignty and Transnational Cooperation in the Gulf of Guinea: How a Network Approach Can Strengthen the Yaoundé Architecture. *Scandinavian Journal of Military Studies*, 4(1), pp. 146-157.

abordagem inclusiva garante a segurança global do Golfo da Guiné.¹³ É importante salientar que cada MOC deve designar um ponto focal para comunicar e responder eficazmente aos alertas dos centros de coordenação zonal, regional e inter-regional.¹⁴

Os MOC desempenham um papel indispensável no reforço da proteção marítima no Golfo da Guiné. Equipados com tecnologia, seguem os movimentos das embarcações, identificam atividades suspeitas e coordenam patrulhas. Esta capacidade de vigilância em tempo real é crucial para dar respostas atempadas às ameaças marítimas, uma vez que os atrasos podem agravar as atividades criminosas, como a pirataria. Além disso, os MOC facilitam a comunicação e a coordenação entre as agências marítimas nacionais - como as marinhas, as guardas costeiras e as autoridades aduaneiras - assegurando uma resposta unificada aos incidentes de segurança. Igualmente importante é o aspeto do reforço das capacidades dos MOC. Para muitos Estados do Golfo da Guiné, o desenvolvimento de capacidades efetivas de segurança marítima ainda tem muito caminho a percorrer. Os MOC, muitas vezes apoiados por parceiros internacionais, oferecem formação, recursos e apoio técnico essenciais. Ao reforçar as capacidades das autoridades nacionais, os MOC não só melhoram a capacidade de cada país para proteger as suas águas, como também fortalecem a segurança coletiva da região, tornando-a mais segura para todos.

No entanto, nem todos os signatários do YCoC nas Zonas A e D criaram plenamente um Centro de Operações Marítimas (MOC) operacional. Embora estes signatários disponham do espaço marítimo e da capacidade para cumprir os objetivos do YA, as suas capacidades variam muito. Alguns países possuem as plataformas necessárias, enquanto outros não.¹⁵ A maioria dos signatários do YCoC criou os seus MOC entre 2015 e 2024, mas estes centros diferem no grau de operacionalidade e interligação. Os países com recursos limitados ou com ambientes políticos complexos deparam-se frequentemente com desafios no desenvolvimento ou manutenção dos seus MOC. Avaliar até que ponto os países das Zonas A e D desenvolveram e operacionalizaram os seus MOC é crucial para melhorar o conhecimento do domínio marítimo (MDA). Esta avaliação ajudará a identificar as lacunas e os pontos fortes da vigilância, do controlo e da partilha de informações.

Questões para Discussão:

- Quais são os principais desafios que afetam a coordenação das operações marítimas nacionais no seu país?

¹³ Ibid.

¹⁴ Danso, K. & Allotey-Pappoe, S. (2021). Mapeamento dos Atores Marítimos ao abrigo do protocolo de Yaoundé: Estabelecimento de Mandatos, Inter-relações, Limites e Perspectivas. *Centro Internacional Kofi Annan de Formação em Manutenção da Paz*.

¹⁵ Ibid.

- Quais são alguns dos desafios que o seu país está a enfrentar no desenvolvimento e implementação de um centro nacional de operações marítimas?
- No seu país, que procedimentos existem para coordenar a vigilância, a monitorização e a partilha de informações com o Centro Multinacional de Coordenação Marítima para as Zonas A e D, o CRESMAC e o ICC?
- Como podem os quadros regionais, como a Arquitetura de Yaoundé, reforçar a coordenação marítima nacional nestes países?
- Que decisões políticas poderiam reforçar as estruturas nacionais de coordenação marítima no seu país?

Leituras complementares:

- Yücel, H. (2021). Sovereignty and Transnational Cooperation in the Gulf of Guinea: How a Network Approach Can Strengthen the Yaoundé Architecture. *Scandinavian Journal of Military Studies*, 4(1), pp. 146-157.
- Danso, K. & Allotey-Pappoe, S. (2021). Mapeamento dos Atores Marítimos ao abrigo do protocolo de Yaoundé: Estabelecimento de Mandatos, Inter-relações, Limites e Perspectivas. *Centro Internacional Kofi Annan de Formação em Manutenção da Paz*.

DIA 2

Quarta-feira, 11 de dezembro de 2024

Reforço das estruturas zonais e regionais: MMCCs da Zona A e D e CRESMAC

Formato: Apresentação em plenário
Grupos de Discussão

Objetivos:

- Identificar os pontos fortes e as lacunas na capacidade e nos procedimentos dos MMCC e dos CRESMAC.
- Descrever e avaliar a eficácia dos procedimentos nos MMCC para coordenar a vigilância, a monitorização e a partilha de informações com as autoridades nacionais dos Estados que constituem as Zonas A e D.
- Descrever e avaliar a eficácia dos procedimentos nos MMCC para coordenar a vigilância, a monitorização e a partilha de informações com o CRESMAC.

Contexto:

Os níveis zonais e regionais operam acima do nível nacional da Arquitetura de Yaoundé (YA). A nível zonal, os Centros Multinacionais de Coordenação Marítima (MMCC) funcionam como centros de coordenação vitais nas cinco zonas.¹⁶ A nível regional, foram criadas duas instituições fundamentais para reforçar a proteção marítima: o Centro Regional para a Proteção Marítima na África Central (CRESMAC), situado em Pointe-Noire, na República do Congo, e o Centro Regional para a Proteção Marítima da África Ocidental (CRESMAO), situado em Abidjan, na Costa do Marfim. A Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) estão encarregues de assegurar a supervisão política necessária a estes centros (CRESMAC e CRESMAO). Os seus esforços de colaboração são cruciais no reforço da vontade política necessária para resolver os problemas de segurança marítima, incluindo a pirataria, a pesca ilegal e o tráfico de seres humanos. Entretanto, os dois centros regionais coordenam os MMCC nas diferentes zonas.

Para efeitos da presente mesa redonda, centrar-nos-emos no CRESMAC, cujo espaço marítimo está dividido em duas zonas, a Zona A e a Zona D, cada uma com o seu próprio

¹⁶ Os cinco centros de coordenação nas diferentes zonas incluem: MMCC Zona A, com sede em Angola (abrangendo Angola, Congo e RDC); MMCC Zona D, com sede nos Camarões (abrangendo Camarões, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe); MMCC Zona E, com sede no Benim (abrangendo Benim, Níger, Nigéria e Togo); MMCC Zona F, com sede no Gana (abrangendo o Gana, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné, Libéria e Serra Leoa); e MMCC Zona G, com sede em Cabo Verde (abrangendo Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali e Senegal).

MMCC. O CRESMAC e os dois MMCC desempenham um papel crucial na garantia de uma coordenação eficaz das operações de proteção do transporte marítimo para além das fronteiras nacionais. O CRESMAC é o organismo regional responsável pela segurança marítima na África Central. O seu mandato inclui a coordenação dos MMCC na Zona A e na Zona D, e a cooperação inter-regional com o outro Centro Regional de Coordenação de Segurança, o CRESMAO.

Os MMCC operam a nível zonal e multinacional para coordenar a partilha de informações e as atividades conjuntas - incluindo, entre outros, formação, exercícios militares e patrulhas - entre os países das zonas. Embora estas estruturas de coordenação zonais e regionais sejam vitais para alcançar um conhecimento efetivo do domínio marítimo regional, o seu sucesso depende em grande medida da forma como comunicam, coordenam e partilham informações com os Centros de Operações Marítimos (MOC) a nível nacional. Estes MOC nacionais constituem a espinha dorsal de toda a YA. Existem tensões entre a necessidade de partilhar informações e a necessidade de proteger ou ocultar conteúdos sensíveis, criando um dilema para as partes interessadas, tanto a nível nacional como regional. Outros desafios que dificultam a eficácia dos MMCC e do CRESMAC incluem desafios de capacidade e logísticos, a ausência de pontos focais nacionais com capacidade para coordenar e comunicar com os intervenientes zonais e regionais, doutrinas e culturas jurídicas divergentes e a priorização de colaborações bilaterais que podem minar os esforços de coordenação inter-regional.¹⁷

Sessão 4 Perguntas para discussão:

- Através de que procedimentos é que os MMCC das Zonas A e D se coordenam com os intervenientes nacionais para monitorizar e proteger o seu domínio marítimo?
- Como é que os MMCC podem melhorar a coordenação da vigilância, da monitorização e da partilha de informações com o CRESMAC?
- Como é que os MMCC das Zonas A e D contribuem para os esforços regionais de segurança marítima e que desafios enfrentam na coordenação das operações?
- Como é que o CRESMAC se coordena com outros Centros Regionais de Coordenação de Segurança, como o CRESMAO? Que procedimentos estão em causa?
- Quais são os principais desafios enfrentados pelo CRESMAC na coordenação dos esforços regionais de segurança marítima?

¹⁷ Danso, K. & Allotey-Pappoe, S. (2021). Mapeamento dos Atores Marítimos ao abrigo do protocolo de Yaoundé: Estabelecimento de Mandatos, Inter-relações, Limites e Perspectivas. *Centro Internacional Kofi Annan de Formação em Manutenção da Paz*.

- Que recomendações políticas podem reforçar a eficácia dos MMCC e do CRESMAC na luta contra as ameaças marítimas transnacionais, como a pirataria, a pesca ilegal e o contrabando?

Leituras complementares:

- Danso, K. & Allotey-Pappoe, S. (2021). Mapeamento dos Atores Marítimos ao abrigo do protocolo de Yaoundé: Estabelecimento de Mandatos, Inter-relações, Limites e Perspectivas. *Centro Internacional Kofi Annan de Formação em Manutenção da Paz*.
- Ralby, Ian M. (2016). Maritime Security Cooperation in the Gulf of Guinea: Prospects and Challenges, de Kamal-Deen Ali. *Naval War College Review* 69(3). <https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol69/iss3/9>
- Mohammed, A. (2023). Governação da Segurança Marítima no Golfo da Guiné: Oportunidades e Desafios das Respostas dos Estados. *The Journal of Territorial and Maritime Studies*, 10(2), 60-77. <https://www.jstor.org/stable/48750352>

DIA 3

Quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Processos da Estratégia de Segurança Nacional de Proteção Marítima

Formato: Apresentação em plenário
Grupos de Discussão

Objetivos:

- Avaliar os progressos efetuados por cada Estado da Zona A e D no desenvolvimento de estratégias nacionais de segurança nacional marítima.
- Debater as lições aprendidas do desenvolvimento de uma estratégia de segurança nacional de segurança marítima.

Contexto:

Os signatários do Código de Conduta de Yaoundé (YCoC) reconheceram a necessidade de os Estados desenvolverem Estratégias Nacionais de Segurança Marítima (ENSM) como padrões para harmonizar e coordenar a implementação de medidas de proteção marítima. Uma ENSM sublinha as ameaças, desafios, prioridades e capacidades específicas de um Estado no que respeita ao seu domínio marítimo, proporcionando uma abordagem adaptada à segurança marítima.¹⁸

Estas estratégias são cruciais, na medida em que permitem compreender claramente a forma como os recursos nacionais podem ser eficazmente utilizados para combater as ameaças comuns de forma coordenada, sem deixar de dar resposta às preocupações únicas de segurança nacional. Além disso, estas estratégias destacam frequentemente as lacunas de capacidade, que podem servir de base aos esforços de reforço das capacidades, incluindo a formação, a afetação de recursos e a assistência internacional.

Além disso, as estratégias nacionais reforçam a confiança e a colaboração, vitais numa região em que as fronteiras e jurisdições nacionais podem complicar as operações conjuntas. O Golfo da Guiné estende-se por várias zonas marítimas e a soberania nacional continua a ser uma questão sensível.¹⁹ Uma ENSM clarifica a capacidade e a vontade de um Estado de se envolver em patrulhas conjuntas, partilha de informações e respostas coordenadas, garantindo o respeito pela soberania nacional e promovendo a colaboração

¹⁸ A Estratégia AIM da União Africana. 2012. Estratégia Marítima Integrada para África. Acedido a 15 de outubro de 2024.

¹⁹ Vreÿ, F. (2010). Segurança Marítima em África: Tempo para Pôr o Mar em Ordem. *Australian Journal of Maritime & Ocean Affairs*, 2(4), 121-132.

regional.²⁰ Para que a Arquitetura de Yaoundé (YA) funcione da melhor forma, é essencial uma coordenação a vários níveis – local, nacional e regional. Sem estratégias nacionais que definam funções, responsabilidades e ações específicas em matéria de proteção do transporte marítimo, as iniciativas regionais não teriam as bases para uma cooperação eficaz.

Uma investigação de 2022 sublinha a necessidade urgente de abordar as questões que afetam a segurança marítima de África. Revela que a Consciencialização limitada do Domínio Marítimo (MDA), a cegueira marítima significativa, a perda e a sub-exploração da riqueza marítima e a falta de poder marítimo são indicadores de uma estratégia marítima deficiente ou inexistente. Estas questões contribuem para a má ordem no mar em África, conduzindo a elevados níveis de pesca IUU, assaltos à mão armada no mar, pirataria, contrabando, tráfico, terrorismo marítimo e o persistente domínio externo das águas africanas. As conclusões do estudo servem como um apelo à ação, sublinhando a importância de desenvolver estratégias marítimas eficazes para combater estas questões.

Onze dos dezanove Estados costeiros que integram o YA têm a sua Estratégia Nacional de Segurança Marítima disponível ao público. A disponibilidade destas estratégias aumenta a transparência, promove a cooperação regional e permite um melhor alinhamento com os objetivos da Arquitetura de Yaoundé. Esta abertura também garante que os parceiros internacionais e as partes interessadas possam apoiar estes esforços com iniciativas e recursos específicos de reforço das capacidades. No entanto, o facto de quase metade das estratégias dos países não estarem disponíveis publicamente aponta para desafios em termos de capacidade, prioridades nacionais ou sensibilidades relacionadas com a segurança.

Questões para Discussão:

- O seu país dispõe de uma estratégia nacional de segurança marítima?
 - Em caso afirmativo, quais são algumas das principais lições aprendidas no processo de desenvolvimento da estratégia e que partes interessadas foram envolvidas no processo? Os intervenientes não estatais, como o sector privado, também estiveram envolvidos?
 - Em caso negativo, em que fase se encontra o seu país no processo de elaboração de uma estratégia? Que apoio é necessário para desenvolver uma estratégia?
- Que obstáculos, se os houver, o seu país enfrentou no desenvolvimento de uma estratégia nacional de segurança marítima?

²⁰ Edmunds, T., & Bueger, C. (2017). Beyond Seablindness: A New Agenda for Maritime Security Studies. *International Affairs*, 93(6), 1293-1311.

- Como podem as estratégias nacionais de segurança marítima ser orientadas para melhorar a operacionalização dos centros nacionais de operações marítimas?

Leituras complementares:

- Centro de Estudos Estratégicos de África (ACSS). Conjunto de Ferramentas da Estratégia Nacional de Segurança Marítima. (2016). *Centro de Estudos Estratégicos de África*. <https://africacenter.org/toolkit/national-maritime-security-strategy-toolkit/>
- Lekunze, M. (2022). Estratégia marítima em África: falhas estratégicas que expõem África a vulnerabilidades que vão da insegurança alimentar à dominação externa. *Third World Quarterly*, 43(12).
- Edmunds, T., & Bueger, C. (2017). Beyond Seablindness: A New Agenda for Maritime Security Studies. *International Affairs*, 93(6), 1293-1311.
- Vreÿ, F. (2010). Segurança Marítima em África: Tempo para Pôr o Mar em Ordem. *Australian Journal of Maritime & Ocean Affairs*, 2(4), 121-132.
- The AU's AIM Strategy. (2012). Estratégia Marítima Integrada Africana. https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/33832-wd-african_union_3-1.pdf

DIA 4

Sexta-feira, 13 de dezembro de 2024

Coordenação Marítima Inter-regional - O papel do ICC

Formato: Apresentação em plenário
Grupos de Discussão

Objetivos:

- Avaliar as principais responsabilidades e o papel do Centro de Coordenação Inter-regional (ICC) na arquitetura do Código de Conduta de Yaoundé.
- Avaliar a forma como o ICC cumpriu as suas responsabilidades.
- Identificar áreas de melhoria para o ICC.

Contexto:

Situado ao nível estratégico do quadro da Arquitetura de Yaoundé (YA), o Centro de Coordenação Inter-regional (ICC) funciona como um centro de monitorização e de partilha de informações, ligando as atividades dos dois centros marítimos regionais no Golfo da Guiné. Estes centros regionais são o Centro Regional para a Proteção Marítima na África Central (CRESMAC), com sede em Pointe-Noire (República do Congo), e o Centro Regional para a Proteção Marítima da África Ocidental (CRESMO), com sede em Abidjan (Costa do Marfim). A ICC não só coordena e apoia o trabalho destes centros regionais, como também, por extensão, coordena as atividades das cinco zonas, incluindo a Zona A e a Zona D, que são o foco desta mesa redonda, bem como dos Estados membros.²¹ Além disso, o ICC envolve-se com parceiros internacionais e governos nacionais para criar e manter a vontade política necessária para dar prioridade à consciencialização do domínio marítimo no Golfo da Guiné.

A criação do ICC representou um passo significativo no reforço da consciencialização do domínio marítimo em toda a região. No entanto, o potencial para melhorar a proteção marítima inter-regional depende da clara demarcação de responsabilidades entre o ICC, os dois centros regionais e os Centros Multinacionais de Coordenação Marítima (MMCC) a nível zonal, tal como definido inicialmente aquando da criação do YA. É essencial compreender como as funções do ICC podem, na prática, complementar, em vez de competir ou replicar, os mandatos das estruturas regionais e zonais. Além disso, devem ser clarificados os processos e procedimentos através dos quais o ICC coordena as atividades nas diferentes regiões. Como já foi debatido, a operacionalização efetiva desta arquitetura inter-regional de segurança marítima depende também dos progressos

²¹ Ralby, I., Soud, D., & Ralby, R. (2019). O Golfo da Guiné está Pronto para a Tecnologia Marítima, *CIMSEC*. https://cimsec.org/author/cim_poster/page/208/

realizados no desenvolvimento das zonas marítimas individuais e dos centros de operações a nível nacional.

Avaliar em que medida o ICC está a desempenhar eficazmente as suas principais funções e responsabilidades, tal como inicialmente estabelecidas no âmbito do YA, é fundamental para a plena operacionalização da proteção marítima inter-regional. É necessário compreender melhor os procedimentos através dos quais o centro coordena com as instituições a nível regional e zonal. É possível identificar áreas de melhoria através dessa avaliação.

Questões para Discussão:

- Quais são as principais responsabilidades e funções do ICC e como se distinguem das dos centros regionais como o CRESMAC e os seus MMCCs nas Zonas A e D?
- Descreva os procedimentos do ICC para a coordenação com o CRESMAC.
- Que recomendações políticas podem reforçar a eficácia do ICC e a sua capacidade de coordenação com o CRESMAC e o MMCC nas Zonas A e D?

Leituras complementares:

- Jacobsen, K., L. & Nordby J., R. (2015). A Segurança Marítima no Golfo da Guiné Colégio Real de Defesa Dinamarquês.
- Danso, K. & Allotey-Pappoe, S. (2021). Mapeamento dos Atores Marítimos ao abrigo do protocolo de Yaoundé: Estabelecimento de Mandatos, Inter-relações, Limites e Perspectivas. *Centro Internacional Kofi Annan de Formação em Manutenção da Paz.*

DIA 4

Sexta-feira, 13 de dezembro de 2024

Principais Conclusões e Próximos Passos

Formato: Apresentação em plenário

Objetivos:

- Identificar as principais conclusões do workshop.
- Discutir as próximas etapas para a plena operacionalização das zonas marítimas A e D.

Contexto:

Nos últimos anos, os países do Golfo da Guiné fizeram progressos significativos na coordenação de ações a diferentes níveis no domínio marítimo para fazer face a uma vasta gama de ameaças marítimas. Embora os quadros de colaboração, como o Código de Conduta de Yaoundé (YCoC), ainda não estejam totalmente operacionais, o desenvolvimento da arquitetura a nível nacional, zonal, regional e inter-regional representa um progresso significativo no sentido de iniciativas de colaboração duradouras.

A avaliação da arquitetura de segurança marítima feita por este workshop é fundamental para garantir que o YCoC se torne totalmente operacional. Esta sessão do workshop proporcionará uma oportunidade para os participantes refletirem sobre os quatro dias anteriores, identificando lacunas e pontos fortes na vigilância, monitorização e partilha de informações. Esta sessão também discutirá os próximos passos práticos que os participantes podem dar para melhorar a coordenação e a colaboração em todos os níveis da arquitetura de Yaoundé, em resposta às reconhecidas ameaças comuns à segurança marítima.